

POLÍTICA TERRITORIAL DE GRANDES EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: OS CASOS DA SOJA E DA LARANJA

Márcio TOLEDO¹
Ricardo CASTILLO²

Resumo

O presente artigo descreve os circuitos espaciais produtivos da soja e da laranja no Brasil, procurando demonstrar o controle que algumas grandes empresas do agronegócio exercem, direta ou indiretamente, sobre suas diversas etapas, à montante e à jusante da produção propriamente dita. A partir desta base, propomos analisar as políticas territoriais resultantes da combinação entre o poder corporativo e o poder soberano no propósito de produzir, armazenar, processar, comercializar, movimentar e exportar *commodities* agrícolas. Alguns elos dos círculos de cooperação no espaço e algumas implicações sócio-espaciais serão discutidos no âmbito da modernização da agricultura brasileira e do sistema de movimentos e uso do território dela decorrentes.

Palavras-Chave: Uso corporativo do território. Circuito espacial produtivo. Agronegócio. Soja. Laranja.

Abstract

Territorial policies of the large agribusiness companies in Brazil: the soybean and orange cases

The present article describes the spatial productive circuits of the soybean and of the orange in Brazil in an attempt to demonstrate the control that some large companies linked to the agribusiness exert (directly or indirectly) during several stages before and after production. For this, we analyze the territorial policies that are the result of a combination between corporate powers and sovereign powers to produce, to store, to process, to sell, to put in motion and to export agricultural commodities. Some links of the cooperation circles in space and some social-spatial implications will be discussed in the Brazilian agriculture modernization ambit and the consequent system of movements and use of territory.

Key Words: Corporative use of the territory. Spatial productive circuit. Agribusiness. Soybean. Orange.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia / UNESP – Rio Claro, email: toledo_mr@yahoo.com.br

² Pesquisador do CNPq e Professor do Instituto de Geociências da UNICAMP, email: castillo@ige.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar as políticas territoriais das grandes empresas do setor de agronegócios no Brasil, considerando o controle que assumem sobre os circuitos espaciais produtivos de *commodities* agrícolas (tomando os casos da soja e da laranja) e o papel que passam a desempenhar na organização e no uso do território. A compreensão deste mecanismo de produção e movimento de mercadorias de grande importância nos mercados internacionais mostra-se fundamental para entender a formação de regiões especializadas, bem como para intervir no planejamento territorial e medir a participação das corporações na regulação da vida nacional.

Discutimos aqui, de forma breve, o papel desempenhado pelo Estado no adensamento técnico-científico-informacional e normativo, que busca conferir fluidez ao território e superar barreiras materiais e imateriais à produção e ao movimento de *commodities* agrícolas. Esse conjunto de ações, orientado pela necessidade imperiosa de exportação de produtos primários e semi-elaborados, converge com interesses das *tradings* do setor.

Os lugares eleitos para produzir as *commodities* que interessam às grandes empresas passam a ser modernizados em detrimento de grandes porções do território. Tal modernização, no entanto, é acompanhada pela vulnerabilidade local, característica da dissociação geográfica entre, de um lado, a produção propriamente dita e, de outro, o comando sobre a produção e suas diversas etapas. As relações de produção e os parâmetros de competitividade passam então a ser determinados, essencialmente, por empresas que controlam os mercados internacionais, ditando regras e impondo normas. Esse mecanismo aprofunda uma divisão espacial do trabalho que interessa a poucos agentes e expande o uso corporativo do território.

As culturas pesquisadas da soja e da laranja, de grande importância na pauta de exportação brasileira são, em grande medida, controladas pelas ações das grandes empresas, moldando as regiões que as acolhem ao imperativo da competitividade e a lógicas forâneas. As porções do território brasileiro dedicadas ao seu cultivo tornam-se mais vulneráveis e susceptíveis a oscilações dos mercados internacionais (diminuição dos preços, do consumo, substituição por outros produtos, concorrência de outros produtores).

Assim, por meio destes circuitos espaciais de produção, as grandes empresas ligadas ao agronegócio apresentam-se como vetores da modernização seletiva do território brasileiro. Por meio de suas ações e normas elas tornam-se capazes de, por um lado, chamar porções do território a participar do movimento geral da globalização e por outro, criar espaços alienados (ISNARD, 1982), colaborando para a consolidação de um espaço nacional tendencialmente fragmentado e corporativo (PACHECO, 1998; ARAÚJO, 2001).

UMA BREVE RECONSTITUIÇÃO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

A modernização agrícola da segunda metade do século XX foi um fenômeno de proporções planetárias. Conhecida genericamente como paradigma da Revolução Verde, suas principais características podem ser resumidas na renovação da base técnica produtiva através do uso de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), maquinário agrícola e sementes híbridas de alto rendimento (pacotes tecnológicos aplicados a diversas partes do mundo). Dentre as implicações da adoção e difusão espacial dessa prática, podemos destacar o aumento da produtividade e dos custos de produção, o avanço de monoculturas

sobre a pequena agricultura familiar, financeirização das atividades agrícolas, agravamento de danos ambientais (erosão, contaminação do solo e da água) e maior participação de grandes corporações em diversas etapas da cadeia produtiva.

No Brasil, essas inovações técnicas e organizacionais vão criando um novo uso do tempo e um novo uso da terra (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.245) em porções selecionadas do território nacional, privilegiando algumas regiões e culturas (ELIAS, 1996, p. 10). Num período de intensa urbanização e industrialização, a crise agrícola se resolve à custa de um agravamento da crise agrária (SILVA, 1980).

Com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, a modernização da agricultura brasileira se intensifica. Na década de 1970, os financiamentos vão fluir facilmente, permitindo que alguns produtores e agroindústrias se capitalizem e se integrem (BELIK, 1998, p.178). No período entre 1950 e 1975, as ações do Estado voltaram-se para a substituição de importações, o que envolveu a implantação de indústrias de insumos e máquinas para a agricultura em território nacional (KAGEYAMA, 1990, p. 128-150; DIAS; AMARAL, 2001, p 11).

Nos anos 1980, o crédito oficial é reduzido a um patamar cinco vezes inferior ao que havia se consolidado nas décadas anteriores. Nesta mesma década, fortaleceram-se os vínculos agricultura/indústria e os Complexos Agroindustriais (CAIs), marcando o início das transformações que encerram o cenário dos anos 1960 e 1970 e que vão trazer as possibilidades da "organização em rede" (MAZZALI, 2000) e do financiamento privado da agricultura nos anos 1990. A diminuição do financiamento estatal conduz a uma reorganização do setor agrícola. Os interesses privados passam a ter maior peso nas decisões estatais.

Na década de 1990, é possível observar que os mecanismos privados de financiamento para a agricultura provenientes das indústrias, das *tradings* e de outros agentes financeiros foram gradativamente somando-se ao financiamento público. Atualmente, o crédito privado já representa 20% do total do financiamento para a agricultura (BANCO DO BRASIL, 2004).

Ocorre uma modificação na forma de atuação do Estado, que tende a agir cada vez mais como um intermediador das relações empresas/agricultura. Surgem novos padrões de financiamento da agricultura brasileira com implicações na política agrícola nacional. A fragilidade estrutural no financiamento da agricultura brasileira permitirá a interferência direta dos outros setores econômicos sobre ela, principalmente da indústria, e isto significa que a reestruturação agroindustrial avança de acordo com interesses particulares de setores e grupos não necessariamente agrários (PAULILLO, 2000).

Além das *tradings* vinculadas ao agronegócio, bancos e fabricantes de insumos (máquinas, defensivos - muitas vezes pertencentes às mesmas *tradings*) também participam no crédito agrícola (MAZZALI, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Essa alternativa de financiamento agropecuário proporciona uma dinâmica a partir da qual os circuitos produtivos passam a ser controlados por agentes exógenos. Isso permite que porções do território nacional sejam usadas pelas empresas de agronegócios como mais um recurso (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Nos anos 1990, aumenta o poder de barganha das grandes corporações que, no período atual, são capazes de rearticular suas relações com os fornecedores, distribuidores, clientes e concorrentes. Na concepção de "organização em rede" as empresas não operam independentemente, mas balizadas por um "ambiente" que direciona as ações. Nestes "arranjos", as atividades como produção, comercialização e pesquisa e desenvolvimento (P&D) são articuladas com base na competência técnica dos agentes e as informações tecnológicas e mercadológicas são, de alguma maneira, socializadas entre os componentes da rede (MAZZALI, 2000, p.156).

LÓGICA TERRITORIAL DAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIOS E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO

No atual período histórico, diferentes empresas atuam em pontos ou áreas de territórios nacionais que conformam a base material de sua existência, nas esferas de produção, circulação e consumo. Visto assim, o território nos aparece como um rendilhado formado pelas respectivas topologias de empresas (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 290). A escala de ação dessas atividades privilegiadas pode ser mundial ou nacional e, hoje, se materializa no território em diversos lugares.

A predominante lógica global atinge intensamente o campo, onde as grandes empresas ligadas ao agronegócio e que atuam em rede (Cargill, Bunge, ADM, Dreyfuss, Amaggi, Caramuru, Citrosuco, Cutrale, entre outras) escolhem pontos do território que serão acionados para se tornarem competitivas no mercado internacionalizado. À medida que o território brasileiro se torna fluido, as atividades mais modernas difundem-se e uma cooperação entre empresas se impõe, unindo pontos distantes do território sob uma mesma lógica particularista.

O controle desses pontos, no entanto, só se torna possível em função de avanços informacionais que permitem às empresas controlarem suas unidades produtivas à distância. Por questões históricas, a cidade de São Paulo torna-se, a partir dos anos 1990, o centro de gestão do território brasileiro (CORDEIRO, 1993; BERNARDES, 2001). A maioria das grandes empresas instaladas no Brasil tem sua sede (*head office*) na metrópole paulista.

AS GRANDES EMPRESAS LIGADAS AO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

No Brasil, um grupo reduzido de grandes empresas controla parcela significativa do agronegócio. O agronegócio da soja no Brasil, por exemplo, ganhou novo impulso com a Lei Kandir (1996), que desonerou a exportação dos produtos deste circuito produtivo de impostos e acionou uma forte concentração no setor. Grandes empresas multinacionais chegaram ao país, comprando fábricas já em operação ou até mesmo ampliando as já existentes. As principais corporações atuantes no segmento soja são quatro: Cargill, ADM, Bunge, e Dreyfuss, além de duas grandes *tradings* nacionais, o Grupo Amaggi e a Caramuru Alimentos (TOLEDO, 2005, p. 18).

No caso do circuito produtivo da laranja, o Brasil é o mais competitivo do mundo, com custos de produção agrícola e industrial imbatíveis. As grandes indústrias processadoras de suco (Cutrale, Citrosuco, Citrovita, Coinbra/ Dreyfuss e Cargill) coordenam toda a cadeia produtiva desde o plantio dos laranjais. Em 2000, as duas líderes, Cutrale e Citrosuco, detinham 55,4% do valor das exportações de suco de laranja concentrado congelado (SLCC). O percentual chegava a 73,6% quando consideradas as cinco maiores companhias do setor (supracitadas). Em julho de 2004, a Cargill vendeu suas fazendas e plantas processadoras no Brasil para a Cutrale e a Citrosuco, aumentando a concentração no setor. A Cargill permaneceu no setor como *trading*, tendo prioridade na aquisição de parte do SLCC produzido pela Cutrale e Citrosuco.

Todas as supracitadas grandes empresas ligadas ao agronegócio estão organizadas em rede e tem importante atuação nas negociações das *commodities* produzidas no Brasil e destinadas, em grande parte, à exportação. O imperativo da exportação atende tanto aos interesses da grande empresa, que atua em escala mundial, quanto do Estado, que, na sua condição periférica, se defronta permanentemente com a necessidade de equilibrar suas contas externas.

ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL PRODUTIVA NO BRASIL

Os pontos do território brasileiro escolhidos para acolher a produção das *commodities* aqui apresentadas acabam por conformar regiões especializadas. Configuram-se novas regiões agrícolas no Brasil: são milhões de hectares que produzem apenas um ou no máximo dois produtos em grandes quantidades. Especializam-se os lugares e acentua-se a divisão territorial do trabalho.

No caso da soja, vemos emergir uma grande região especializada que abrange áreas do Centro-Oeste, oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí (GIORDANO, 2000, p. 133 - 163), além de algumas áreas da região Norte (Pará, Amazonas e Rondônia).

A produção de laranja concentra-se em torno de 90% no Estado de São Paulo. A citricultura tem seu principal *belts*³ na região de Ribeirão Preto, estendendo-se por uma vasta área especializada na produção de laranja que dá origem ao segundo principal produto na pauta das exportações brasileiras de *commodities*, o suco de laranja (TOLEDO, 2005, p.79).

A especialização crescente de porções do território brasileiro (SANTOS, 1988, p. 50-51) apresenta-se como um indicativo da constituição de grandes regiões funcionais no Brasil. Tal especialização é permitida, também, pela evolução dos sistemas de transportes que garantem o aumento dos fluxos de mercadorias. A complementaridade exigida para a realização da produção nestas regiões funciona como combustível para o desenvolvimento dos sistemas de movimento em território brasileiro.

OS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS E OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO

Os circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação são conceitos essenciais para compreender as verticalidades e horizontalidades de determinada produção (ELIAS, 2003, p. 179). De acordo com Frederico e Castillo (2003, p. 237),

os circuitos espaciais produtivos pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instancias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto num movimento permanente; os círculos de cooperação no espaço, por sua vez, tratam da comunicação consubstanciada na transferência de capitais, ordens e informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção.

³ "Esses belts são, por vezes, heranças e cristalizações de fronts próprios de uma divisão do trabalho anterior; áreas ocupadas em outro momento, que hoje se densificam e tecnicizam. Neles amadurecem as inovações de ontem e chegam outras, próprias do período, para criar novos arranjos, com a resistência e a cooperação das rugosidades do lugar. Constitucionalmente integradas a sistemas de engenharia complexos, essas terras ganham novas valorizações que acabam por "expulsar" certos produtos para áreas ainda não utilizadas... São os novos fronts, que nascem tecnicizados, cientificizados, informacionalizados. Eles encarnam uma situação: a da difusão de inovações em meio 'vazio'" (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 119).

O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA SOJA

O sistema agroindustrial da soja, que reúne o circuito produtivo de soja em grão, farelo e óleo, tem se configurado como um dos principais itens da balança comercial brasileira, tendo exportado US\$ 9.112 milhões em 2006, colocando o país na liderança mundial nas exportações do setor em valor (ABIOVE, 2006).

A importância que a cultura da soja assumiu no cenário agrícola brasileiro ultrapassou os limites da produção para influir nas discussões sobre pesquisa tecnológica, agroindústria, cadeias produtivas e, até, infra-estrutura e planejamento (BNDES, 2000; GALVÃO; BRANDÃO, 2003; EMBRAPA, 2003; PAM - IBGEb, 2004; ABIOVE, 2006). A figura 1 mostra a distribuição da produção de soja em toneladas entre as regiões brasileiras.

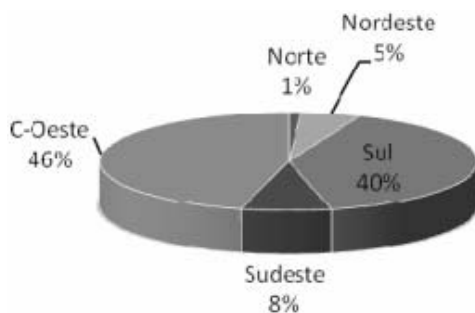


Figura 1 - Produção de soja em tonelada no Brasil por regiões selecionadas - 2004

Fonte: PAM – IBGE, 2004. Org. Marcio Toledo.

O volume da produção do Brasil e sua condição de segundo maior *player* mundial no comércio da soja foram fatores de atração das grandes *tradings* que hoje dominam grande parte desse comércio no território nacional.

Dos 13 estados produtores destacam-se, o Mato Grosso (MT), o Paraná (PR) e o Rio Grande do Sul (RS) com, respectivamente, 12.831,3, 10.686,3 e 8.920,3 toneladas na safra 2002/2003 (PAM - IBGEb, 2004), representando, juntos, 62,95% da produção nacional.

O crescimento da produção e da produtividade no Mato Grosso tem sido significativo nas últimas décadas. Na safra de 1995/96, o estado assumiu a posição de segundo maior produtor brasileiro de soja e, na safra seguinte (1996/97), foi o estado de maior produtividade nacional, com 2.730 kg/ha, frente a uma média nacional de 2.406kg/ha. Na safra 2001/2002 assumiu a liderança da produção e da produtividade nacional do grão com 3.020 kg/ha, mantendo tal posição na safra 2002/2003 (3.000 kg/ha) (PAM – IBGEb, 2004). Tecnologia, maciça utilização de insumos químicos, terras planas, grandes unidades produtivas e regularidade climática são algumas das explicações da liderança na produtividade e no crescimento da produção.

O Rio Grande do Sul, berço da cultura brasileira da soja, tem apresentado grandes variações de produção e produtividade em função de flutuações climáticas prejudiciais à cultura na época da colheita. Por causa das frustrações de safra, a área plantada tem diminuído, e nas safras 1996/1997, o estado apresentou a mais baixa produtividade entre os produtores do país. Em 1998, o estado apresentou uma recuperação da cultura, voltando a ser o segundo maior produtor do país, porém com produtividade ainda baixa, na

faixa de 2.000 kg/ha. Comparativamente, nas safras 2001/02 e 2002/03, a produtividade do RS teve um aumento de 1.700 kg/ha para 2.640kg/ha (PAM – IBGEb, 2004; ABIOVE, 2006).

O Paraná, após um período de estagnação na década de 80, apresentou nos anos 90 um vigoroso crescimento, tanto de área como de produtividade, fruto de investimentos em pesquisa e tecnologia de entidades governamentais e de cooperativas e institutos privados de pesquisa. A produtividade do Estado entre as safras 2001/02 e 2002/03 passou de 2.887 para 3.000 kg/ha (PAM – IBGEb, 2004; ABIOVE, 2006).

Os estados do Centro-Oeste, que em 1980 detinham 14% da área brasileira ocupada com soja, contra 77% da região Sul, em 1998 passaram a 36%, enquanto a região Sul diminuiu sua participação para 48%. Por sua vez, a soja do cerrado, que representava 16% da área total em 1980, passou a ocupar 45% em 1998 (PAULA; FAVARET, 2000). Em 2002, a área plantada de soja na região Centro-Oeste representava 61,7% enquanto a região sul respondia por 39,5% do total plantado no país (PAM - IBGEb, 2004).

O Centro-Oeste brasileiro, conforme a figura 2, configura-se atualmente como principal *belt* produtor de soja no Brasil e os Estados da Bahia, sul do Piauí e Maranhão e Tocantins como os principais *fronts* de expansão da cultura. Essa tendência é reforçada pela atuação dos governos estaduais que facilitam a instalação de grandes empresas em seu território e incentivam a produção nestes locais. É importante reforçar que as grandes *tradings* não são elas mesmas produtoras de soja (a principal exceção é o Grupo Amaggi). Na verdade, elas são incentivadoras do cultivo, fornecendo financiamento, sementes, assistência técnica e muitas vezes compram a produção antes mesmo do plantio (o chamado “grão verde”).

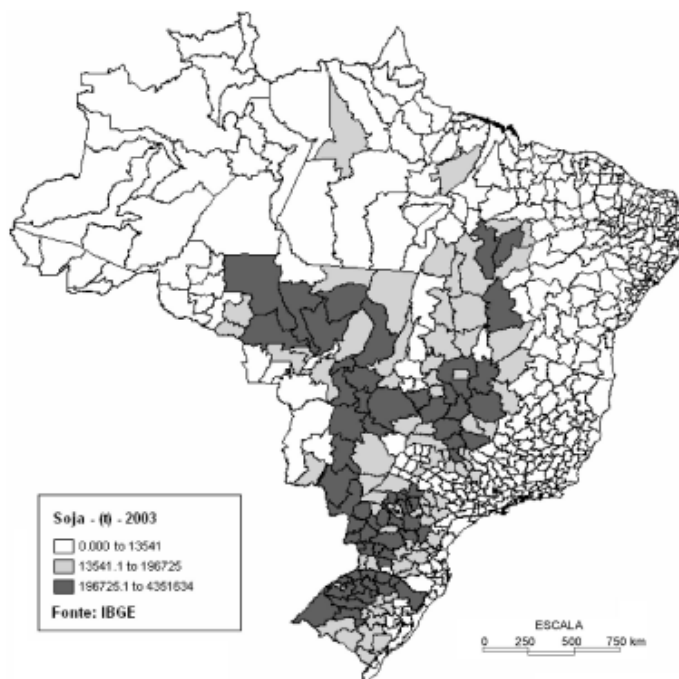


Figura 2 - Produção de soja no Brasil por microrregiões do IBGE – 2004

Fonte: PAM – IBGE, 2004.

Destacamos que a presença das empresas ligadas ao agronegócio nas áreas de implantação de uma agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000, p. 25) interfere nas relações de emprego, consumo, uso das infra-estruturas, composição do orçamento público e comportamento das outras empresas (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 293; ELIAS, 2003, p. 279).

Os Círculos de Cooperação

Do início dos anos 1980 até os dias atuais, devido principalmente ao arrefecimento do crédito agrícola subsidiado e a reestruturação agrícola sofrida no Brasil em função de abertura comercial e emergência de um novo paradigma produtivo na agricultura, as grandes empresas comercializadoras fornecem aos “seus” produtores assistência técnica especializada, para, desta forma, assegurar uma produção que siga estritamente os padrões por ela ditados. Técnicos e pesquisadores das próprias empresas exportadoras, ou de institutos de pesquisa a elas ligados, garantem a produtividade necessária para a competição no mercado internacionalizado.

No que se refere à P&D, as empresas estabelecem relações com os principais Institutos de Pesquisa brasileiros. No caso da soja, a Embrapa, a Fundação Mato Grosso e a Codetec trabalham no sentido de ampliar as possibilidades produtivas da soja, desenvolvendo novas cultivares adaptadas a novos lugares escolhidos para a produção da oleaginosa. As pesquisas relacionadas a insumos (fertilizantes, corretivos, etc.) concentram-se nas mãos de algumas empresas que atuam em cooperação com o setor. Novas tecnologias como clonagem e transgenia e seus resultados levaram a uma longa onda de aquisições e fusões de empresas sementeiras por grandes grupos agro-químicos. Syngenta (Novartis e AstraZeneca), Bayer, Pharmacia/Monsanto, DuPont, Dow Química e Basf dominam o mercado mundial de insumos agrícolas. A forte concentração no setor vem sendo acompanhada por uma série de alianças estratégicas, característica do período da organização em rede, com *tradings* agrícolas.

No Brasil, a participação do setor privado e das cooperativas nas áreas de genética e saúde animal e vegetal foi fortemente reduzida ao longo dos anos 90, sob o impacto combinado da biotecnologia e de novos regimes de apropriação privada de produtos e processos. Mais uma vez, o domínio de mercado é exercido por grandes empresas multinacionais. A partir da aprovação da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, diversas empresas nacionais de sementes foram compradas ou absorvidas por companhias estrangeiras, principalmente as detentoras de tecnologia de ponta na área de biotecnologia. No Brasil, a Monsanto atualmente é a única empresa privada que desenvolve sementes geneticamente modificadas. Num grande movimento de concentração, ao longo da década de 1990, esta empresa comprou a divisão de sementes de outras grandes empresas como a Cargill, a Bunge, a ADM e a Maggi, para as quais, através de alianças, hoje fornece sementes modificadas. No momento da negociação da compra da produção, estas empresas repassam as sementes aos agricultores.

O setor mostra-se cada dia mais concentrado. Exemplo disso é que atualmente as cinco maiores empresas detêm 90% do mercado de sementes de milho. Todas são multinacionais. A Monsanto, por meio da Monsoy (sua filial no Brasil), domina 60% da produção. Em seguida aparecem a Pioneer, agora controlada pela DuPont, com 14%; a Dow (5%); a Zeneca (3%) e a Agr-Evo (2%). Única companhia de capital nacional, a Unimilho reúne 17 empresas de produção de híbridos em franquia com a Embrapa e tem participação de apenas 5% no mercado.

A Embrapa possui 39 unidades de pesquisa distribuídas pela maioria dos Estados brasileiros e suas pesquisas voltam-se em grande parte para as culturas de exportação, como soja, cacau, e laranja, visando aumento de produtividade e diminuição de custos na

produção. Ela domina o mercado nacional de sementes de soja, com participação de 65%. O setor, porém, começa a ser disputado por concorrentes, como a Monsanto. Soja, laranja e cana-de-açúcar são nichos de interesse das grandes empresas ligadas ao agronegócio, um mercado que movimentava cerca de R\$ 650 milhões ao ano (BNDES, 2000).

Com as possibilidades do conhecimento de vastas porções do território, surgem ainda inúmeras empresas de consultoria ligadas a agronegócios que dispõem de sistemas técnicos (de informação geográfica, agrícola, meteorológica) que auxiliam as grandes empresas exportadoras de *commodities* a controlar de maneira quase irrestrita a produção agrícola. É comum que grandes empresas ligadas a agronegócios contratem também empresas de consultoria administrativa, englobando assim, este setor quaternário (BERNARDES, 2001) em seus círculos de cooperação.

Os sistemas de movimentos⁴ para a soja no Brasil

Os sistemas técnicos atuais asseguram a existência do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo). Um conjunto de objetos técnicos funcionando sistemicamente pode apresentar-se em forma de pontos (aeroporos, portos e armazéns), ou em forma de linhas, ou seja, vias que permitem a fluidez e conseqüente escoamento das mercadorias (rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, vias aéreas e vias marítimas) (ARROYO, 2001, p. 51-57).

Os *fronts* da soja são áreas do território brasileiro de ocupação recente e, portanto, mais rarefeitas em densidades técnicas, principalmente com relação aos meios de transporte. Na região Centro-Oeste (maior produtora nacional de soja), dos 224.953 km de rodovias existentes, apenas 17.204 km são pavimentadas, representando uma densidade de apenas 10,7 km para cada 1.000 km², a segunda pior densidade do país, atrás apenas da região Norte (GEIPOT, 2000).

As Parcerias público-privadas⁵ e a forte pressão das empresas envolvidas no setor buscam reverter esta situação: diversos projetos de construção de modais alternativos ao rodoviário têm sido realizados, como a Ferronorte e a Hidrovia do Madeira. Há também outras obras planejadas como a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins e a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Segundo Frederico (2004, p. 11), a maior parte desses projetos fazia parte das principais metas do PPA (Plano Plurianual) 2000-2003, denominado 'Avança Brasil', programa que propunha a criação dos 'Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento' tendo como objetivos principais a diminuição do chamado 'Custo Brasil', através da criação de redes de transporte que permitam o escoamento da safra de grãos, principalmente de soja.

Com relação aos transportes de granéis sólidos agrícolas no território brasileiro, em 1995, 81% dos grãos movimentados utilizaram-se do modal rodoviário, 16% do modal ferroviário e menos de 3% do modal hidroviário (GEIPOT, 2000) apontando um problema logístico no transporte de grãos⁶ (FREDERICO, 2004, p. 12).

⁴ Contel (2001), apoiado em Santos (1987), define os sistemas de movimento como um conjunto de sistemas de engenharia (fixos) e de sistemas de fluxos (materiais e imateriais) que respondem pela solidariedade geográfica entre os lugares.

⁵ Regulamentadas pelo Decreto lei nº 5.411 de 6 de abril de 2005.

⁶ O modal mais indicado para o transporte de cargas volumosas e de baixo valor agregado a longas distâncias (acima de 1200 km) é o fluvial. O transporte ferroviário é indicado para distâncias entre 500 a 1200 km; e caracteriza-se pelos altos custos fixos, mas quando bem operado pode apresentar custos baixos para movimentações. O modal rodoviário é indicado para distâncias inferiores a 500 km, apresentando como principal vantagem a flexibilidade, sendo complementar aos outros dois modais (ASLOG, 1997, CAIXETA-FILHO; GAMEIRO, 2001).

Para dar mobilidade à produção nacional, os portos brasileiros, principalmente após a Lei de Modernização dos Portos em 1993, têm sido constantemente equipados por empresas que visam à exportação de suas mercadorias. Assim, Cargill, ADM, Bunge, Cutrale, Citrosuco, entre outras, são, as maiores arrendatárias de silos e armazéns nos principais portos brasileiros, acentuando assim o uso privativo dos sistemas técnicos implantados no território brasileiro. A soja é o produto que se utiliza do transporte multimodal, ou seja, é transportada por rodovias, ferrovias e hidrovias.

No caso da soja, as grandes empresas ligadas ao agronegócio criaram redes de escoamento próprias para movimentar os grãos, como o caso da hidrovia do Madeira (e os terminais graneleiros de Porto Velho, Itacoatiara e Santarém) e terminais da hidrovia do Tietê, ferrovias Norte-Sul, Carajás (terminais graneleiros em Itaqui), Ferronorte, (terminais especializados em granéis sólidos e líquidos) e em Santos e Paranaguá entre outros, além da pavimentação de estradas vicinais. Um número reduzido de empresas e de transportadoras faz uso dessas redes, o que intensifica ainda mais o uso corporativo desses sistemas técnicos. As principais operadoras de transporte de produtos agrícolas brasileiros são a América Latina Logística, a CVRD, a Bunge e o Grupo Maggi. Os principais destinos da soja brasileira são a União Européia e a China.

O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA LARANJA

No caso do circuito produtivo da laranja, o Brasil é o mais competitivo do mundo, com custos de produção agrícola e industrial imbatíveis. As grandes indústrias processadoras de suco (Cutrale, Citrosuco, Citrovita, Coinbra/ Dreyfuss) coordenam toda a cadeia produtiva desde o plantio dos laranjais.

Em torno de 90% da produção de laranja no Brasil localiza-se no Estado de São Paulo. A citricultura tem seu principal *belt* na região de Ribeirão Preto, estendendo-se por uma vasta área especializada na produção de laranja que dá origem ao segundo principal produto na pauta das exportações brasileiras de *commodities*, o suco de laranja (ABECITRUS, 2006).

As principais regiões de produção de laranja em São Paulo estão concentradas em alguns municípios. As regiões administrativas de Araraquara, Limeira, Barretos, São José do Rio Preto, Catanduva, Jaboticabal e São João da Boa Vista, juntas, são responsáveis por 84% da área total de laranja no estado. A maior parte das indústrias de suco concentrado está instalada nas regiões de Barretos, Araraquara, São José do Rio Preto, Catanduva e Jaboticabal (PAULILLO, 2000; ELIAS, 2003; IBGEa, 2004). Esta região especializada também dispõe de círculos de cooperação muito bem organizados para assistir a produção e circulação da laranja e do suco de laranja concentrado e congelado. A figura 3 mostra a distribuição da produção de laranja no estado de São Paulo.

O principal produto de exportação do Circuito Espacial Produtivo dos Citros é o suco concentrado que representou mais de 85% do total exportado na safra.

As indústrias instaladas no Brasil são de grande escala, além de serem altamente competitivas no mercado internacional. As seis maiores indústrias apresentam 80% da capacidade de processamento e 90% das exportações do suco concentrado. Os principais fatores que contribuem para essa elevada competitividade são: a oferta abundante e alta qualidade de matéria prima; a safra que se estende pelo ano todo; o baixo custo de produção; a disponibilidade de terras e mão-de-obra baratas; ótimo clima; proximidade das indústrias processadoras e do canal de escoamento (portos); as grandes indústrias, com navios próprios para a distribuição de suco, terminais portuários particulares e canal de coordenação muito forte.



Figura 3 - Localização das Principais empresas processadoras de suco de laranja no Estado de São Paulo - 2005

Fontes: Paulillo, 2000 e Abecitrus, 2004. Org. Marcio Toledo.

Em 2000, a Cutrale e a Citrusuco, juntas, detinham 55,4% do valor das exportações de suco de laranja concentrado congelado (SLCC). O percentual chegava a 73,6% quando consideradas as quatro maiores empresas do setor (Cutrale, Citrusuco, Cargill e Coinbra/Dreyfus).

O setor nacional de processamento de frutas possui capacidade para esmagar aproximadamente 361 milhões de caixas por ano. Da produção brasileira de laranja, 72,5% destinam-se ao processamento industrial. O esmagamento da laranja para a produção de suco gera diversos subprodutos com diferentes aplicações no mercado interno e externo, as quais incluem fabricação de produtos químicos e solventes, aromas e fragrâncias, tintas, cosméticos, complemento para ração animal e subprodutos do processamento industrial, como farelo de polpa cítrica e essências cítricas.

Os Círculos de cooperação

Em termos de Pesquisa & Desenvolvimento, no caso da laranja, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) trabalham no sentido de encontrar soluções para conter pragas típicas dessa cultura e também novas variedades de porta enxertos. A Embrapa participa das pesquisas de melhoramento genético das plantas.

Neste circuito produtivo, as empresas também se responsabilizam pela assistência técnica para a produção. Responsabilizam-se também pelo fornecimento de insumos e máquinas, firmando um compromisso antecipado com o produtor pela compra daquela produção (laranja no pé). As colheitas ficam, dessa forma, sujeitas as oscilações do mer-

cado da *commodity* SLCC nas bolsas de valores, podendo até mesmo não serem colhidas, caso haja grande oferta. Uma vez firmada a compra, os produtores não podem dar outro destino à produção. Uma particularidade do setor são as empresas processadoras e comercializadoras serem também proprietárias de algumas das fazendas produtoras de laranja.

Observamos que também no caso da laranja, as pesquisas mais onerosas ficam ainda sob responsabilidade do Estado, que coopera para o aumento da competitividade das empresas sem delas exigir qualquer contrapartida.

Os círculos de cooperação, por meio das políticas da empresa e da atuação do Estado, acabam também submetidos a lógicas extravertidas. Assim, vemos institutos de pesquisa e universidades servirem de sustentáculo para as ações das empresas ligadas ao agronegócio em território nacional, criando cursos especializados em agronegócios e desenvolvendo pesquisas para o aumento da produtividade de tais *commodities*.

As empresas exportadoras de suco de laranja, através de recursos tecnológicos e econômicos, têm sido capazes de organizar sua produção econômica, dispersa pelo mundo, sob a égide do mercado internacionalizado. Assim, podemos dizer que o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação do sistema agroindustrial da laranja estão intimamente relacionados a uma demanda externa, seja ela de quantidade ou qualidade.

Os sistemas de movimento para a laranja no Brasil

O circuito produtivo de citros brasileiro caracteriza-se pela elevada competitividade internacional, especialmente pelo pioneirismo no desenvolvimento da logística de distribuição a granel do SLCC. Tal competitividade deve-se, em parte, à atuação global do segmento antes mesmo da abertura econômica brasileira (1992).

O SLCC sai da unidade produtiva, situada no interior do estado de São Paulo, com destino a vários países (União Européia, EUA e Ásia). A primeira etapa do transporte, da unidade produtiva até o Porto de Santos, é realizada pelo modal rodoviário em razão da pequena distância e da necessidade de rápida ligação entre a indústria e a câmara fria em Santos, uma vez que o suco é transportado congelado. No Porto de Santos, ocorre a mudança para o transporte marítimo que faz a ligação com os países compradores, sendo que a elevada distância gera a necessidade de refrigeração nos navios (MARINO; SCARE, 1999).

O deslocamento do suco até o Porto de Santos pode se dar de duas maneiras: uma é em tambores de 200 litros onde o suco depois de processado, concentrado e congelado é envasado. Estes, por sua vez, são armazenados em câmaras frias na unidade produtiva. O transporte entre a fábrica e o Porto de Santos se dá em caminhões refrigerados, onde são acondicionados os tambores. No porto, estes tambores são embarcados nos navios, também refrigerados, que levarão o suco ao país de destino. A recepção do SLCC no destino ocorre da mesma forma. Como principal vantagem, os tambores permitem maior monitoramento da qualidade, possibilitando inclusive o rastreamento da origem da matéria prima. É o sistema utilizado para atingir consumidores exigentes, como o mercado japonês.

A outra maneira de transportar o suco é a granel. O suco congelado é armazenado a granel, em tanques especiais que mantém a temperatura a menos seis graus Celsius. O transporte rodoviário se dá em caminhões refrigerados, onde a temperatura é conservada através da injeção de nitrogênio, dando maior agilidade à operação. O custo desta operação é inferior ao transporte em tambores. No Porto de Santos, o suco é acondicionado em câmaras frias localizadas em terminais próprios de cada uma das empresas. O carregamento nos navios é feito por meio de dutos, conferindo elevada eficiência. Os navios apresentam tanques especiais (NEVES *et al.*, 1995), onde o suco é colocado e mantido em

baixas temperaturas. Para o descarregamento nos países de destino, as empresas devem possuir terminais de uso exclusivo, onde os compradores retiram o produto (MARINO & SCARE, 1999).

O transporte a granel, por ter custo de operação inferior, tende a ser o mais utilizado. Este deslocamento é feito principalmente por algumas empresas como a Morada e a Buck, ambas de Araraquara e a Transmobile, de Bebedouro.

A distância média das plantas processadoras até o porto é de 400 a 800 Km. As indústrias de grande porte apresentam frota de navios própria e especializada no transporte do suco, denominadas "*tank farm*". Atualmente, os principais mercados compradores do suco brasileiro são: Europa (79%), Estados Unidos (13%) e Ásia (8%). O transporte até a Europa, principal mercado brasileiro, leva cerca de 13 dias.

A Cargill mostrou-se pioneira na logística de distribuição do SLCC, adquirindo os primeiros caminhões e o primeiro navio refrigerado para transporte de suco de laranja no mundo, já na década de 1980. Tal comportamento impôs mudanças a todas as demais empresas do setor, que para se tornarem competitivas tiveram de incorporar tais inovações.

O uso destes macro-sistemas técnicos, no entanto, se dá pelos agentes hegemônicos ligados ao sistema produtivo do suco de laranja e que utilizam o território brasileiro como mais um recurso. Este uso corporativo, enquanto chama porções agrícolas do território brasileiro a participarem do movimento da mais valia global, exclui grande parte da população brasileira dos benefícios gerados pelos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção e produtividade da soja e da laranja nas diferentes regiões brasileiras evidenciam a atuação das grandes empresas ligadas ao agronegócio destas *commodities* em pontos escolhidos do território nacional. O uso de algumas áreas do território exclui outras tantas, fragmentando ainda mais a nação, criando espaços alienados (ISNARD, 1982), onde grandes porções da população vivem em condições de miséria. Fica claro assim, que a lógica do Estado hoje está subvertida pela lógica das empresas.

O número de agentes mobilizados no campo de relações estabelecido por essas empresas é amplo e dinâmico, envolvendo: 1) empresas subcontratadas/terceirizadas para transformar custos fixos em custos variáveis (transporte, manutenção, telecomunicações, algumas etapas produtivas); 2) o Estado, em suas diversas escalas de atuação (federal, estadual, municipal), seja na alocação ou na melhoria de uma infra-estrutura logística, seja oferecendo isenções fiscais e implementando outras normas que lubrificam as ações corporativas; 3) agroindústrias e *tradings*, através de antecipações de compra, fornecimento de insumos, financiamentos, imposição de qualidade, armazenamento, processamento industrial, distribuição e exportação. Além disso, empresas congêneres estabelecem alianças estratégicas entre si, configurando aquilo de Mazalli (2000) denominou de "redes horizontais" (cooperação para reunir competências complementares, ampliar mercados, pressionar o Estado entre outras ações).

No caso dos sistemas de movimentos (SANTOS, 1987; CONTEL, 2001; FREDERICO, 2004), o uso corporativo do território é reforçado quando a construção ou melhoramento de rodovias, estradas de ferro e hidrovias se dá em função das necessidades e intencionalidades das grandes empresas, ou seja, são constituídos para seu uso privilegiado. Emerge a cooperação entre empresas atuantes no mesmo setor para a concretização do imperativo da fluidez (SANTOS, 1996) e a realização das exportações.

Juntas, essas empresas vêem seu poder de negociação aumentado e tornam-se capazes de pressionar o Estado brasileiro, para que se realizem obras que facilitarão sua atuação em território nacional, como é o caso do asfaltamento do trecho Paraense da BR 163 (Cuiabá-Santarém). Há alguns anos, lideradas pela Cargill, as empresas comercializadoras de soja Bunge, ADM, Caramuru e Maggi (também produtora), vêm pressionando o governo brasileiro pela melhoria da circulação nos novos *belts* e *fronts*.

A atuação em rede e as formas contemporâneas de financiamento (privado) da agricultura vão dar a estas empresas maior poder de controle sobre os pontos do território onde se dá a produção agrícola, isso porque elas fornecem aos produtores, além do crédito, os insumos necessários para a realização da produção.

A realização dos circuitos espaciais produtivos anteriormente descritos demanda extrema racionalidade e organização de todos os agentes envolvidos, em busca permanente por competitividade, sobretudo para atender ao mercado externo.

As grandes empresas ligadas ao agronegócio no Brasil têm, cada vez mais, assumido o controle dos circuitos espaciais produtivos aqui analisados. As Universidades e Institutos de Pesquisa submetidos à lógica da mais valia global, acabam por contribuir para um uso desigual do território, reforçando a exclusão e alienação (de lugares e pessoas) e contribuindo para a fragmentação da nação (PACHECO, 1998, p. 209).

A política territorial das empresas ligadas ao agronegócio é, de alguma forma, paradigmática daquilo que Santos (1996) observou ao analisar o comportamento das grandes firmas no período atual: a dissociação entre produção e comando da produção, vale dizer, a separação física e a articulação informacional entre, de um lado, os lugares que produzem massa, e detêm um certo comando técnico-produtivo e, de outro, os lugares que produzem fluxos, detentores da parcela política da produção. As possibilidades trazidas pela informação no período atual permitem que os lugares mais adensados tecnicamente controlem porções muito distantes no território.

Trata-se da nova regulação, na qual se redefine o campo de forças onde atuam os Estados e os mercados, na qual se observa um expressivo aumento do poder das grandes empresas. O Estado brasileiro, através de políticas de cunho neoliberal, tem agido, muitas vezes, como um colaborador para os empreendimentos de grandes empresas, em detrimento tanto de políticas sociais quanto de um projeto autônomo e soberano de inserção do país na globalização. Inúmeros países pobres têm seus destinos agora, ainda mais do que no passado, ligados aos interesses das políticas de empresas.

Adotando estratégias comerciais, as grandes empresas ligadas ao agronegócio colaboram na organização de regiões funcionais, estimulando e utilizando os sistemas técnico-científico-informacionais do meio geográfico brasileiro, chamando porções do território agrícola a participar do movimento geral da globalização. Dessa forma, o uso do território se dá de forma seletiva, impondo as normas dos grandes agentes da economia mundial sobre os lugares, que tem então seus destinos em grande parte ditados pelos mesmos.

As especializações regionais produtivas levaram a que, com o passar do tempo, os sistemas de transportes para o escoamento da produção (principalmente da soja e da laranja) fossem se especializando e se adequando às necessidades do mercado mundial, levando a um adensamento técnico das redes de transportes entre as regiões produtoras e os portos exportadores.

O território fica de certo modo a mercê dos interesses das grandes empresas. A constituição de regiões funcionais para atender aos reclames do mercado tende a tornar o território brasileiro cada vez mais vulnerável e frágil. Quando não interessarem mais às grandes corporações, tais locais podem ser deixados a sua própria sorte. Políticas estatais de controle podem ser a saída para este problema. Um Estado capaz de regular mais severamente as ações de tais agentes hegemônicos no país impedindo o abandono de vastas porções do território é de fundamental importância.

REFERÊNCIAS

- ABECITRUS. Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos. **Indicadores Conjunturais – Laranja**. Disponível em: <www.abecitrus.com.br>. Acesso em: 30 de jul. de 2006.
- ABIOVE. Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. **Indicadores Conjunturais – Soja**. Disponível em: <www.abiove.com.br>. Acesso em: 30 de jul. de 2006.
- ANTAS JÚNIOR, Ricardo M. **Espaço geográfico - fonte material e não formal do direito**. 2001. 215f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARROYO, Mônica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva? In: CASTRO, Iná. E. de *et al.* (Org.). **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Faperj / Bertrand Brasil, 2001. p.73-92.
- ASLOG. Associação Brasileira de logística. **Logística**. Disponível em: <www.aslog.org.br>. Acesso em: 30 de set. 2004.
- BANCO DO BRASIL. Banco do Brasil. **Agronegócio**. Disponível em: <www.bb.com.br>. Acesso em: 20 de jul. 2004.
- BELIK, Walter. Estado, Grupos de Interesse e Formulação de Políticas no Setor Agropecuário Brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 36, n.1, p.173-200, 1998.
- BERNARDES, Adriana M. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro**. 2001. 283f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Agroindústria: Informe Setorial**, Brasília, n. 18, p. 1-5, 2000.
- CAIXETA FILHO, José V.; GAMEIRO, Augusto H. (Org.). **Transporte e Logística em Sistemas Agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2001. 224p.
- CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Panorama da Laranja**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/servicos/mapa/culturas/Mapas_Agricolas2006/Laranja.htm>. Acesso em: 30 de maio 2004.
- CONTEL, Fábio B. Os sistemas de movimentos no território brasileiro. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 357-374.
- CORDEIRO, Helena. K. A cidade mundial de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, M. (Org.) **O novo mapa do mundo: Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 318-331.
- DIAS, Guilherme L. S.; AMARAL Cicely. M. Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998. **Serie desarrollo productivo**, Santiago do Chile, n. 99, p.3-33, 2001.
- ELIAS, Denise. Globalização e Modernização Agrícola. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 1, p. 5-16, 1996.
- ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. 408p.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja**. Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: 30 de jul. de 2005.

FREDERICO, Samuel; CASTILLO, Ricardo A. Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. X, n. 3, p. 236-241, 2004.

FREDERICO, Samuel. **Sistemas de movimentos no território brasileiro**: os novos circuitos espaciais produtivos da soja. 2004. 232f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GALVÃO, Antônio C.; BRANDÃO, Carlos A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. In: GONÇALVES, M. F.; GALVÃO, A. C.; BRANDÃO, C.A. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano/regional. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 187-205.

GEIPOT. Empresa brasileira de planejamento de transportes. **Corredores estratégicos de desenvolvimento**. Disponível em: <www.geipot.gov.br>. Acesso em: 27 de maio 2005.

GIORDANO, Samuel R. **Competitividade Regional e Globalização**. 2000. 225f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

IBGEa. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal – Laranja**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=10&i=P>>. Acessado em: 23 de nov. 2005.

IBGEb. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal – Soja**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=10&i=P>>. Acessado em: 23 de nov. 2005.

ISNARD, Hildebert. **O espaço Geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982. 257p.

KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In: DELGADO, Guilherme C. (Org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília/DF: IPEA, v.1, 1990. p. 113-223.

MARINO, Matheus K.; SCARE, Roberto F. Logística de Distribuição de Suco de Laranja concentrado congelado como fator de vantagem competitiva. In: ANAIS DO IV SEMEAD, São Paulo, 1999. **Seminários em Administração - FEA/USP**. São Paulo: FEA/USP, 1999. p. 2-8.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora da Unesp, 2000. 170p.

NEVES, Evaristo M. *et al.* Há oligopólio na produção e exportação de suco concentrado de laranja? **Revista Preços Agrícolas**, Piracicaba, n.163, p.17-19, 2000.

PACHECO, Carlos A. **Fragmentação da nação**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1998. 291p.

PAULA, Sérgio R. de; FAVARET FILHO, Paulo. Panorama do Complexo Soja. **Textos para Discussão**. BNDES, 2000. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set804.pdf>. Acesso em: 30 de mar de 2003.

PAULILLO, Luís F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos**: indústria, citricultura e Políticas Públicas no Brasil do século XX. São Carlos: Rima, 2000. 212p.

SANTOS, Milton. Passado e presente nas relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no estado da Bahia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 65, 1987.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado** – Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 392p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 474p.

TOLEDO, Marcio. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil**: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. 2005. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Recebido em maio de 2007

Aceito em julho de 2008